



Procuradoria da República  
Comarca de Faro  
- Coordenação -

---

**PROPOSTA DE OBJETIVOS/PLANEAMENTO DE AÇÕES**

**2016/2017**

1. INTRODUÇÃO .....	2
2. ASPETOS METODOLÓGICOS .....	3
3. ATIVIDADE DE COORDENAÇÃO .....	5
I – Problemas inicialmente definidos como prioritários. Análise da sua evolução.....	6
II – Problemas definidos como prioritários em setembro de 2015 .....	14
III – Novas questões prioritárias.....	20
4. METODOLOGIA NO DIAP .....	22
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTABELECIDOS .....	24
I – Considerações Gerais .....	24
II – DIAP .....	25
III – Secções de Trabalho da Instância Central .....	28
IV – Secções Criminais/Serviço Criminal .....	30
V – Secção Cível (Faro) e serviço Cível das Instâncias Locais .....	30
VI – Secção de Comércio (Olhão) .....	30
VII – Secções de Execução.....	31
VIII – Secções de Família e Menores .....	31
6. OBJETIVOS E AÇÕES PLANEADAS .....	32
ANEXOS .....	33



**Procuradoria da República**  
**Comarca de Faro**  
- Coordenação -

---

**1. INTRODUÇÃO**

A (Nova) Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei 62/2013, de 26/8, regula no seu artigo 90º os objetivos estratégicos das comarcas e a sua monitorização, conferindo ao Conselho Superior da Magistratura e à Procuradoria-Geral da República, em articulação com o governo, competência para os estabelecer. Por seu turno, o artigo 91º desse diploma legal regula os objetivos processuais, conferindo ao Presidente do Tribunal e ao Magistrado do MP Coordenador de Comarca competência para os propor e ao Conselho Superior da Magistratura e PGR competência para os aprovar. Nos artigos 94º n. 2, alínea b) e 4 e 101º n. 1, alínea b) e n) essa lei atribui expressamente ao Presidente do Tribunal e ao Magistrado do MP Coordenador de Comarca a competência para acompanhar a realização dos objetivos fixados e implementar objetivos mensuráveis para cada unidade orgânica.

É uma opção muito clara e vinculada do legislador pela introdução nos tribunais e no MP da chamada “gestão por objetivos” <sup>1</sup> que, aliás, havia já sido introduzida na Administração Pública através da reforma de 2000 e com o SIADAP (Sistema Integrado de Administração do Desempenho na Administração Pública) previsto na Lei 66-B/07, de 31/12.

Note-se que no MP, por iniciativa concertada das quatro Procuradorias-gerais distritais fora já, em 2013, formalmente introduzida em todas as (então) comarcas a fixação de objetivos e que, de todo o modo, essa prática já era seguida há muitos anos em vários departamentos do MP, designadamente no DIAP de Lisboa, na área da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa e em Setúbal.

---

<sup>1</sup> Acrescente-se que o mesmo diploma legal, no artigo 108º n. 2, aponta expressamente como uma das duas razões para sujeição de determinadas matérias ao Conselho de Gestão o cumprimento dos objetivos estabelecidos para a comarca. A grande importância dada ao estabelecimento de objetivos como prática de gestão nos tribunais e MP reflete-se, até, no diploma do Regime Aplicável à Organização e Funcionamento dos Tribunais, aprovado pelo Decreto-Lei 49/2014, de 27/3, em cujo preâmbulo se refere que a reorganização que ele opera permite “entre outras, a adoção de práticas gestionárias por objetivos”



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

Em 15 de julho de 2015 a Procuradoria-Geral da República divulgou, através do SIMP, os Objetivos Estratégicos do Ministério Público para o triénio judicial 2015-2018. Por seu turno, por despacho de 30 de setembro de 2016, a Senhora Conselheira Procuradora-Geral da República definiu os objetivos estratégicos para o ano judicial de 2016/2017. Naquele primeiro documento se explicitava que “Deverá agora cada órgão do Ministério Público, autonomamente ou em articulação com outros, determinar os objetivos processuais, planos de ação e medidas setoriais a implementar para atingir os objetivos estratégicos que apelem à sua intervenção, tendo em conta o seu âmbito funcional.” Nessa linha, no despacho de setembro do corrente ano, se refere que “Os titulares responsáveis pelos órgãos e departamentos do Ministério Público, tendo em conta os objetivos estratégicos anuais estabelecidos bem como os resultados da atividade do ano judicial antecedente, devem elaborar as propostas de ações e objetivos para o ano judicial de 2016/2017 (...)”

Esta proposta é, assim, elaborada no cumprimento das referidas disposições legais e orientações da Procuradoria-Geral da República.

### 2. ASPETOS METODOLÓGICOS

O processo de estabelecimento de objetivos para 2016/2017 na comarca de Faro e a elaboração da proposta seguiu, com poucas alterações, o modelo criado em 2015 na fixação dos objetivos para o ano judicial de 2015/2016.

É importante relembrar que em julho de 2015 foram divulgados pela coordenação alguns elementos informativos, ainda que básicos, sobre *gestão* e sobre *gestão por objetivos*. Aí se expuseram diversas noções, designadamente de gestão por objetivos, de planeamento, de motivação, de auto controlo, de participação, de objetivo, de objetivo estratégico, de objetivo processual, de resultado, de indicadores, de metas, de missão, etc.



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

No mesmo documento indicaram-se algumas “regras práticas” do processo de fixação de objetivos (v.g. a necessidade de definir e respeitar a missão, o alinhamento com os objetivos estratégicos, a participação individual, a clareza, simplicidade e concisão, a verificabilidade, a previsão de indicadores) e as regras essenciais de fixação de objetivos no MP (o respeito pela sua missão constitucionalmente consagrada, pela lei, pelos objetivos estratégicos definidos pela PGR e pelas “regras práticas”). Referiram-se, ainda, as principais vantagens da gestão por objetivos e cuidados a ter na transposição das regras de gestão para o MP (p. ex. o planeamento, a objetivação da avaliação, o estímulo, a melhor superação de obstáculos, a maior responsabilização).

A importância primordial do “planeamento” na fixação de objetivos e do seu ponto inicial – o diagnóstico - foi então realçada.

Na concretização do planeamento, procedeu-se de novo, no corrente ano de 2016, do seguinte modo:

Realizaram-se durante o mês de setembro reuniões entre a coordenação da comarca e (todos) os procuradores da República de cada secção da Instância Central e do DIAP (1ª e 2ª secção criminal, 1ª e 2ª secção de Família e Menores, 1ª e 2ª secção de Trabalho, secção Cível de Faro, 1ª e 2ª secção de Execução, secção de Comércio, bem como coordenadores das secções e unidades locais e especializadas de Faro, Portimão, Lagos, Silves, Albufeira, Loulé, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António).

Nessas reuniões, seguindo ordens de trabalhos previamente comunicadas, fizeram-se, além do mais, diagnósticos e balanços dos resultados alcançados.

Assim, em cada unidade orgânica da procuradoria da República da Comarca, identificaram-se os problemas/obstáculos, sobretudo do serviço a cargo do MP mas também do serviço judicial, analisou-se o cumprimento dos objetivos, fez-se, afinal, o ponto da situação, discutiu-se, em concreto, a viabilidade de serem fixados objetivos e



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

planeadas ações, e esboçaram-se os próprios objetivos e ações planeadas, procurando-se sempre fazer a articulação com a definição estratégica feita pela Sr<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República. Importa sublinhar que, nalguns casos, após discussão, se concluiu que, em virtude de o serviço do MP estar em dia e de a maior parte do serviço depender de atuação judicial, não era viável, de momento, estabelecer outros objetivos além da manutenção da rapidez e qualidade de resposta do MP, designadamente através de ter todo o seu serviço em dia.

Essas reuniões serviram também como base para a atualização do plano de coordenação da comarca, a que adiante se fará referência autónoma.

Sublinhe-se que foram elaboradas atas de todas as reuniões, entretanto publicadas no SIMP, onde podem ser consultadas por todos os magistrados da comarca e pela hierarquia.

Os diagnósticos das diversas unidades, tal como os instrumentos, os objetivos e as ações planeadas, foram estabelecidos de forma participada, em colaboração entre os magistrados e a coordenação.

Os diversos objetivos parcelares foram compilados e reunidos nos quadros que adiante serão apresentados. Sublinhe-se, no entanto, que apesar de na generalidade dos casos corresponderem às propostas discutidas e apresentadas pelos magistrados, excecionalmente foram objeto de ajustamentos pela coordenação da comarca.

### **3. ATIVIDADE DE COORDENAÇÃO**

**Questões prioritárias estabelecidas para 2015/2016 – análise do tratamento dado;  
Planeamento e definição de questões prioritárias para 2016/2017**



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

A coordenação da comarca, quer por razões de serviço público, quer de transparência e de vinculação à lei e obediência à hierarquia, quer de própria eficácia da gestão, tem de prestar contas da sua atividade. Quer à hierarquia, quer aos magistrados da comarca, quer à comunidade. A sua atuação tem de poder ser por todos escrutinada e a sua estratégia de todos conhecida. Importa, por essas razões, lembrar agora o que se estabeleceu em sede de coordenação como prioritário para o ano judicial findo e analisar brevemente o tratamento dado a tais questões, bem como, com base nessa análise, estabelecer as questões prioritárias a tratar pela coordenação no ano de 2016/2017.

Também em relação à coordenação da comarca se fazem diagnósticos e se estabelecem objetivos e planeiam ações, procurando sempre, tanto quanto possível evitar uma “navegação à vista”.

Sublinhe-se que, em qualquer caso, os diagnósticos feitos pela coordenação tiveram em conta, essencialmente, os diagnósticos feitos nas reuniões com os magistrados, bem como dados estatísticos recolhidos do sistema, a observação da dinâmica da comarca e as trocas de impressões mantidas sobretudo com os magistrados do MP mas também com juízes e oficiais de justiça.

I – Problemas inicialmente definidos como prioritários. Análise da sua evolução.

A atuação da gestão do MP na comarca iniciou-se com a nova organização judiciária e tem como instrumento essencial um “plano de coordenação”. Esse plano foi logo no início da organização judiciária comunicado formalmente à hierarquia e, atualizado, tem servido de base à programação anual da coordenação. No plano inicial foram identificados cinco problemas prioritários a resolver: *a dispersão e a diversidade de regras de funcionamento do MP; o grande volume, alguma ineficiência e falta de qualidade da cooperação judiciária internacional em matéria penal; o tratamento dado*



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

*aos grandes números no serviço de inquéritos/DIAP, incluindo o das participações; o tratamento dado aos inquéritos mais complexos e graves; a atuação dos órgãos de Polícia Criminal (OPC) na comarca, especialmente na investigação criminal, designadamente as várias ineficiências dos OPC, entre elas a enorme diversidade de procedimentos, bem como a necessidade de, em muitos casos, reforçar a efetiva direção do inquérito pelo MP.*

Definir esses problemas como prioritários significou, essencialmente, que a eles se dirigiu o esforço prioritário da coordenação.

Na definição da proposta de objetivos de 2015/2016, fez-se uma análise do estado da resolução desses problemas, após o que foram destacados os que deveriam manter-se para o ano seguinte. Foram, também, identificados outros problemas a merecer atenção prioritária da coordenação para o ano em causa. Importa agora relembrá-los, fazer o ponto da situação, analisar a necessidade de manutenção das questões como prioritárias para o ano judicial de 2016/2017, como ponto de partida para a identificação e definição de novas questões prioritárias.

a. O primeiro problema, detetado logo no início da nova organização judiciária e que se entendeu manter-se como prioritário para o ano de 2015/2016, era *a dispersão e a diversidade de regras de funcionamento do MP na área da nova comarca*, resultado de preexistirem três círculos (Loulé, Faro e Portimão) com regras muito diferentes e com pouca ou nenhuma articulação entre si. Isso criava, necessariamente, grandes dificuldades de gestão do serviço, perdas significativas de eficiência e de eficácia, perpetuação de procedimentos menos adequados, respostas injustificadamente diferentes em situações idênticas, etc.

No ano judicial de 2014/2015 houve alguma evolução no tratamento desse problema, designadamente através da harmonização de procedimentos mediante ordens de serviço e despachos que definiram regras básicas comuns especialmente no DIAP mas



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

também, em todo o serviço, em matéria de substituições, de distribuição de serviço, de atendimento ao público, de comunicação interna, de reuniões, com balanços e diagnósticos e ordens de serviço previamente comunicadas e atas, bem como pela centralização de organização de turnos, de recolha e divulgação de elementos estatísticos, etc.

Estabeleceu-se para o ano de 2015/2016 a necessidade de aprofundar essa harmonização, quer no DIAP quer nas secções criminais da Instância Central do Barlavento e do Sotavento, sempre tendo o cuidado de respeitar a autonomia técnico-jurídica dos magistrados e com alguma flexibilidade para, sem prejuízo do respeito por regras básicas, permitir adaptações necessárias a especificidades ou aspetos locais de conjuntura.

Nessa medida, a questão foi definida como prioritária também para o ano de 2015/2016.

Assim, em 2015/2016 prosseguiu-se tal harmonização, designadamente através de ordens de serviço com regras estruturantes comuns para as várias secções e serviços do MP – por exemplo a O.S. 8/16, da coordenação, que atualizou as regras essenciais de funcionamento do MP na comarca de Faro (revogando a O.S. 1/2014), com a atribuição à secção especializada de Portimão (2ª secção) do DIAP de competência semelhante, na respetiva área, à anteriormente estabelecida para a 2ª secção (especializada) de Faro do DIAP e com a afetação do mesmo número de magistrados quer nessa secção, quer na local (1ª), o que se reflete, também, na harmonização da competência das restantes secções e unidades locais do DIAP (O.S. 9/2016); no estabelecimento de boas práticas no inquérito por parte dos OPC, a que adiante se fará nova referência, na criação e divulgação de regras comuns a todo o DIAP de simplificação e racionalização no inquérito (O.S. 2/16, de 8 de fevereiro) e, finalmente, de articulação entre as fases de inquérito e de julgamento (O.S. 9/15, da coordenação,





## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

a que adiante se fará nova referência). Para a referida harmonização contribuíram, também, as reuniões de coordenação do DIAP e, em menor medida face às especificidades próprias dos respetivos serviços, com os magistrados das restantes secções das instâncias centrais.

Neste momento, olhando para o conjunto das regras estruturantes comuns criadas na comarca desde 2014 e para a forma como têm sido aplicadas, afigura-se-me que se pode concluir por ter sido alcançado, em grande parte, um nível razoável de harmonização de funcionamento do MP no Algarve, isto é, por o problema identificado inicialmente ter sido, em boa parte, resolvido.

A falta de harmonização não é já, por isso, um problema prioritário para o ano de 2016/2017. Significa isso, além do mais, que não se prevê a implementação de medidas significativas com esse objetivo. Mas a necessidade de manutenção de tal harmonização continua a ser essencial e deve ser prosseguida na atividade diária quer pela coordenação da comarca, quer pelas coordenações do DIAP.

b. O segundo problema detetado no momento inicial da nova organização judiciária foi *o grande volume, alguma ineficiência e falta de qualidade da cooperação judiciária internacional em matéria penal, quer na fase de inquéritos, quer na de julgamentos.*

Esse problema, depois de estudado em colaboração com a PGR (por intermédio da Senhora Procuradora da República que dirige o Gabinete de Documentação e Direito Comparado e o serviço relativo à cooperação judiciária internacional em matéria penal), foi objeto de tratamento organizativo, ainda em 2014, através de atribuição a uma procuradora da República do DIAP/SIC da coordenação da cooperação judiciária internacional em matéria penal, bem como da definição de algumas regras de transmissão e elaboração das cartas rogatórias expedidas de Portugal, bem como de divulgação de “boas práticas”, quer pelos magistrados do MP, quer pelos juízes da área criminal através do Sr. Juiz Presidente (Ordem de Serviço n. 5/14, de 12/11).



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

No entanto, seis meses depois, por problemas prolongados de saúde da referida Senhora Magistrada a ordem de serviço havia sido suspensa (O.S. n. 6/15, de 8/5).

Na proposta de objetivos para 2015/2016 considerou-se prioritário voltar a trabalhar a referida área de cooperação judiciária internacional e ultrapassar a suspensão da respetiva coordenação através da reafecção do serviço a novo magistrado até ao regresso da Senhora Procuradora da República a que havia sido anteriormente atribuído, bem como um balanço dos seis meses em que tal coordenação teve lugar.

Assim, no ano judicial que agora findou fez-se, como planeado, um balanço da anterior experiência de coordenação da cooperação judiciária internacional em conjunto com a PGR. Tendo esse balanço sido positivo, recolocaram-se em vigor as regras da O.S. 5/14, e foi atribuída a responsabilidade de respetiva coordenação a uma Senhora Procuradora da República da secção de Portimão do DIAP, Dr.<sup>a</sup> Olga Caleiro. Com a sua especial colaboração e impulso, além do mais, apresentou-se ao Conselho de Gestão da Comarca proposta de nomeação de um funcionário judicial especializado, por núcleo, no cumprimento de serviço de cooperação, bem como de remessa de rogatórias, em toda a comarca, através da referida Sr.<sup>a</sup> Procuradora da República, proposta essa que foi aprovada por unanimidade. Consequentemente, determinou-se que o Sr. Administrador Judiciário concretizasse tal indicação.

Tal como sucede com a questão da harmonização de regras e procedimentos, a análise da atual situação da cooperação judiciária internacional em matéria penal na comarca leva a concluir-se que o problema inicialmente identificado foi, em boa parte, resolvido. Na verdade, as regras implementadas e a coordenação exercida pela Sr.<sup>a</sup> Procuradora da República são adequadas, constituem uma estrutura operativa sólida e não carecem de alterações de fundo.

Deixa, portanto, agora, de ser considerado um problema prioritário. Do mesmo modo que com a harmonização isso não significa, naturalmente, que a área de cooperação



Procuradoria da República  
Comarca de Faro

- Coordenação -

---

judiciária na comarca deixe de ser essencial ao bom funcionamento dos serviços, mas apenas que a atenção da coordenação deve agora dirigir-se preferencialmente para o acompanhamento do seu funcionamento e melhorias pontuais que a análise dinâmica venha a justificar, sem que se prevejam novas medidas estruturantes ou significativas.

c. O terceiro problema inicialmente detetado foi o relativo ao *tratamento dos grandes números no serviço de inquéritos/DIAP, incluindo o das participações*.

Esse problema foi tratado, logo no ano judicial de 2014/2015 através de criação de (sub)secções de desconhecidos nas secções locais situadas em Faro, Portimão, Loulé e Albufeira, bem como da criação de regras organizativas e de funcionamento dessas subsecções, periodicamente monitorizadas e da divulgação e chamada de atenção para o cumprimento de orientações hierárquicas sobre a utilização de formas simplificadas e consensuais do processo penal.

Sem prejuízo da importância da questão e da absoluta necessidade de monitorização e melhoria de aspetos que vierem a ser identificados e de ser a base para o estabelecimento de alguns objetivos do DIAP, considerou-se em 2015/2016 e considera-se de novo agora, para 2016/2017 que, em termos metodológicos, porque não se vislumbra a necessidade de ações relevantes, deixou de poder ser considerado um problema prioritário.

d. O quarto problema inicialmente detetado foi o do *tratamento dado no DIAP aos inquéritos mais complexos e graves*.

Em 2014 foram criadas secções especializadas em Faro e em Portimão para o tratamento de tais processos. Em setembro de 2015 procedeu-se à alteração da competência da secção especializada de Faro, com o alargamento do catálogo de crimes cujos inquéritos dirige.



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

Em setembro de 2016, aproveitando-se a experiência positiva do alargamento de competências da secção especializada de Faro e a circunstância de ter sido colocado mais um procurador-adjunto em Portimão, alargou-se também a competência da secção especializada de Portimão, de forma a ser idêntica à de Faro.

Neste momento, assim, duas secções especializadas do DIAP, uma em Faro e outra em Portimão, abrangem toda a área da comarca e investigam, além de crimes cuja especificidade e crescimento se entendeu conveniente atribuir-lhes, os crimes considerados mais graves e complexos.

A especialização foi a resposta dada ao referido problema. Daí que, tal como sucede com os três primeiros problemas, sem prejuízo da necessidade de especial acompanhamento, monitorização e melhoria dos aspetos que se detetem delas carecer, atendendo a que as principais ações adequadas foram tomadas, a questão deve deixar de se considerar prioritária para o ano de 2016/2017.

e. O quinto problema prioritário inicialmente detetado foi o da *atuação dos órgãos de Polícia Criminal (OPC) na comarca, especialmente na investigação criminal*. Com efeito, foram observadas várias ineficiências dos OPC, entre elas a enorme diversidade de procedimentos e uma necessidade de, em muitos casos, reforçar a efetiva direção do inquérito pelo MP.

No ano de 2014/2015 deram-se alguns passos na resolução desses problemas, designadamente através do levantamento feito por todos os magistrados do DIAP, em reuniões programadas, das questões a tratar e a alterar. No entanto, atendendo a que essa matéria estava a ser coordenada por magistrada que entrou em baixa prolongada, carecia de novo impulso. Planeou-se, então, atribuir esse encargo a outro magistrado e terminar a elaboração de umas “boas práticas”, com divulgação pelos OPC em sessões presididas por magistrados do DIAP.



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

No ano de 2015/2016 deu-se, efetivamente, novo impulso à resolução desse problema, com a atribuição a um Senhor Procurador da República do DIAP – Dr. Fonte Santa – do encargo de dirigir os trabalhos de compilação e organização das “Boas Práticas” dirigidas aos OPC. Efetivamente, o documento elaborado e foi divulgado no SIMP em abril de 2016 (V. Divulgação n. 2/16, de 17/4) e por todos os órgãos de polícia criminal. Foram também estabelecidos o procedimento e os objetivos a ter para a sua apresentação em reuniões com todos os OPC, a realizar pelos procuradores da República com funções de coordenação do DIAP em conjuntos com, pelo menos, um procurador-adjunto. Tais reuniões começaram já a fazer-se, estando prevista a realização das restantes para os próximos meses deste ano de 2016.

A elaboração e divulgação das “Boas Práticas” foram os principais instrumentos de resolução do problema. No entanto, a diversidade de órgãos de polícia criminal na comarca, o número de unidades e departamentos, hábitos prolongados que criam resistências passivas e algumas outras especificidades locais mostram que é necessário continuar a dar uma atenção muito especial ao problema. Daí que se entenda dever manter-se a questão como prioritária para o ano de 2016/2017. A atuação deverá passar pela concretização dos encontros com os OPC para apresentação das “Boas Práticas” e esclarecimento de dúvidas, pela elaboração de balanços, pela preparação de atualização do documento através da inclusão em ordens de trabalho com os magistrados do DIAP de pontos a ele relativos, que sejam objeto de discussão generalizada e de recolha das conclusões pelo Sr. Procurador da República que tem esse encargo, pelo levantamento de procedimentos dos magistrados nos primeiros contactos com os OPC, especialmente nos turnos semanais, pelo tratamento sistematizado dos procuradores que coordenam as secções e unidades do DIAP dos casos em que se revelem ineficiências por parte dos OPC, incluindo falta de articulação entre si, etc, bem como, finalmente, pelo especial acompanhamento da situação por parte da coordenação da comarca.



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

f) Do que fica dito resulta que todos os problemas definidos inicialmente como carecendo de atenção prioritária da coordenação foram objeto das ações consideradas adequadas para sua resolução. Pode considerar-se que nos dois anos anteriores alguns foram, em grande parte, resolvidos e outros foram trabalhados e carecem em 2016/2017, sobretudo, de monitorização e balanço. De todo o modo, a evolução observada leva a que, com a exceção do problema relativo à harmonização e melhoria de atuação dos OPC, os problemas inicialmente definidos deixem de ser considerados problemas prioritários e que não se programem agora, por isso, ações significativas a eles dirigidas.

Importa sublinhar de novo que, apesar de em termos metodológicos, por os problemas detetados terem sido, em boa parte, resolvidos, essas questões inicialmente detetadas deverem deixar de ser consideradas “problemas prioritários”, aquilo que levou à sua definição continua a ser essencial na atividade do MP na comarca e, aliás, enquadra-se na definição dos objetivos estratégicos pela Procuradoria-Geral da República. Assim, as ideias de harmonização de procedimentos, de articulação entre as fases de inquérito e de julgamento, de eficiência no tratamento dos grandes números e de melhoria da qualidade no tratamento dos crimes complexos e graves, de eficiência e qualidade na resposta na área da cooperação internacional em matéria penal, devem continuar a ser prosseguidos e aprofundados na atividade diária de cada magistrado e a ser tidos especialmente em conta pelas coordenações do DIAP e setorial da área cível.

### II – Problemas definidos como prioritários em setembro de 2015

A observação da dinâmica da procuradoria, com base, também, nas reuniões e contactos tidos com magistrados do MP, bem como com juízes, oficiais de justiça e outros intervenientes, bem como a definição dos objetivos estratégicos trianuais e



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

anuais feita pela PGR, levaram à definição de outras áreas prioritárias para a atuação da coordenação da comarca para o ano judicial que agora findou:

a. A primeira (das novas) áreas prioritárias definidas foi a relativa à *falta de adequada articulação entre o MP na fase de inquérito e o MP na fase de julgamento*, ou seja, entre o DIAP e as secções criminais (ou genéricas) da Instância Local e da Instância Central.

Resumidamente, com a crescente especialização e, em muitos casos, o aumento da distância física entre as instalações dos magistrados de uma e de outra fase, bem como com a circunstância de os procuradores da República das secções criminais terem deixado, por força daquela especialização, de exercer funções de coordenação geral como sucedia anteriormente, verificaram-se maiores dificuldades na comunicação entre as duas fases que podem perturbar o objetivo final do processo penal. A atuação do MP no processo penal deve, na verdade, ser vista como um todo, sob pena de as suas funções não serem convenientemente desempenhadas.

Planeou-se para 2015/2016 resolver esse problema através de mecanismos de articulação, a criar quer nas Instâncias Locais, quer nas Instâncias Centrais, discutidos previamente com os respetivos procuradores da República, tais como comunicações e estudo conjunto de casos mais significativos que possam servir para melhorar futuros procedimentos, reuniões de coordenação, etc.

Tais mecanismos foram, efetivamente, criados, essencialmente através da ordem de serviço 9/15, de 28/10, que instituiu regras para a transmissão pelos magistrados das secções criminais de elementos relevantes para a atuação do DIAP, bem como a obrigação de serem realizadas reuniões periódicas entre magistrados das duas fases para analisar as questões relacionadas com o julgamento e a sua ligação com a investigação.



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

Em balanço recentemente feito em reuniões de coordenação, verificou-se que tais regras não têm ainda tido a aplicação desejável – mais numas localidades do que noutras foram feitas algumas comunicações de casos relevantes entre ambas as fases, mas ainda de modo esporádico e insuficiente. Não foram ainda feitas as reuniões programadas entre procuradores da República de uma e outra fase.

Para o ano judicial de 2016/2017 que agora se planeia é, por isso, muito importante manter a questão como prioritária e incrementar a articulação, designadamente através de insistências junto dos respetivos magistrados, em reuniões e por ofícios, quer para a troca de informações relativas a casos relevantes, quer para a realização das reuniões programadas, se necessário por convocação de coordenação.

Sublinhe-se que a articulação entre essas fases é um objetivo prioritário estabelecido pela Senhora PGR quer na definição de objetivos trianuais, quer na de objetivos anuais.

b. A segunda (nova) questão prioritária definida na proposta de objetivos para o ano de 2015/2016, ligada à primeira de articulação, consistia na *necessidade de retorno do serviço prestado pelo MP na fase de julgamentos criminais*.

Na verdade, considerou-se ser importante quer para a coordenação para efeitos de gestão de recursos, quer por parte dos próprios magistrados dos julgamentos, quer dos do DIAP, aperceberem-se do resultado, em termos genéricos, das suas acusações. É que se desconhecia, ao certo, o volume de serviço produzido por cada um e por cada secção/instância, a quantidade e percentagem de condenações/absoluções, o número e tipo de penas aplicadas (prisão, multa, etc), o número de julgamentos adiados, as prescrições de penas, etc, sendo certo que a base de dados do citius não permite, neste momento e desde a sua criação, fornecer, adequadamente, os dados necessários e eles são muito importantes para as finalidades acima referidas.





## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

Programou-se, assim, no ano judicial que terminou, a criação de registo dos dados necessários pelos magistrados. No decurso de 2015/2016, na concretização desse programa, criou-se, efetivamente, através da O.S. 9/15, de 28/10, um sistema de registo dos dados dos julgamentos pelos próprios magistrados. Tais dados passaram desde então a ser compilados na coordenação da comarca e a servirem de base a mapas que são mensalmente distribuídos por todos os magistrados da área criminal.

Relativamente aos mapas criados, o balanço é positivo: o seu preenchimento e remessa atempada têm sido feitos por todos os respetivos magistrados e os mapas globais que, com base nesses dados, são elaborados e divulgados pela coordenação permitem um melhor conhecimento da dinâmica da atuação das secções criminais e do serviço criminal, facilitando, designadamente, a gestão de recursos.

Não se mostrou possível, ainda, criar uma aplicação informática que substituísse os mapas, em virtude de não ter sido obtida resposta ao pedido de autorização da PGR para celebração de protocolo com a Universidade do Algarve.

Atendendo a que a questão problemática foi tratada através desses mapas, o respetivo problema deixa de ser prioritário, devendo passar a focar-se a atenção da coordenação essencialmente na manutenção da sua elaboração e distribuição nos moldes em que agora é feita, sem prejuízo de ajustamentos e melhorias que se considerem necessários.

c. A verificação, através dos vários indicadores estatísticos utilizados na comarca, de *significativas discrepâncias na resposta dada pelo DIAP*, sobretudo em termos de tempo médio de duração de inquérito e de pendência, levou à definição de outra (nova) área prioritária. Na verdade, observaram-se então grandes variações nesses indicadores entre as várias secções do DIAP da comarca e entre muitos dos respetivos magistrados, mesmo tendo em conta o volume de entradas e o restante serviço a seu cargo, que revelaram a necessidade de, nalguns casos, se adotarem diferentes



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

metodologias na direção e andamento dos inquéritos. Programou-se fazer isso em colaboração com os Procuradores da República, especialmente através dos objetivos e ações a seguir descritos, mas também em reuniões de coordenação e em instrumentos de monitorização.

Na concretização desse planeamento, foram estabelecidos objetivos individualizados de pendências, taxas de resolução e de encerramento de inquéritos mais antigos; foi, também, em reuniões de coordenação, incrementado o controlo dos atrasos através do sistema informático por parte dos respetivos procuradores da República e do coordenador da comarca, com envio de ofício em casos de atrasos superiores a 45 e 90 dias.

Contribuiu para o tratamento dessa questão, também, o estabelecimento de regras de simplificação e racionalização nos inquéritos através da Ordem de Serviço 2/16, de 28/2, da coordenação.

A análise dos resultados obtidos no DIAP, a que adiante se fará referência autónoma, permitiu verificar uma evolução claramente positiva nas discrepâncias identificadas. No entanto, continuam a existir diferenças muito grandes entre secções e magistrados do DIAP, sobretudo a nível de pendência e de taxas de resolução (aqui entendidas como a relação entre o número de inquéritos pendentes e o número de inquéritos entrados num ano) que a análise dos contextos (sobretudo da relação entre volume de serviço e o número de magistrados e oficiais de justiça em exercício efetivo de funções) leva a imputar, em grande parte, a métodos de organização do serviço e de direção do inquérito inadequados.

Assim, a questão em análise, enunciada agora como sendo de “métodos de organização do serviço e de direção do inquérito” mantém-se como prioritária para o ano de 2016/2017.



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

É um problema que uma (ou várias) ordens de serviço não podem, por si só, resolver. O método de trabalho de cada magistrado tem raízes em fatores externos às coordenações - na sua formação inicial, na sua experiência profissional, na sua formação complementar, no contacto com os seus pares, nos serviços por onde passou, na sua própria forma de ver o mundo e o Ministério Público, nas suas circunstâncias pessoais e familiares, etc. As coordenações podem e devem, porém, atuar positivamente no métodos de trabalho através da valorização e monitorização da qualidade e rapidez de resposta, da racionalização e simplificação de procedimentos, da análise do funcionamento do serviço e colaboração na retirada de bloqueios, da ajuda na discussão de questões, do apoio e exemplo funcional, etc.

Por outro lado, há a tendência generalizada para desaproveitar o “erro” como instrumento eficaz de gestão. Na verdade, o “erro” tende a ser visto apenas como podendo influenciar a avaliação (ou punição) quando é certo que para a gestão ele deve apenas ser visto como oportunidade para melhorar o serviço através da compreensão da sua dinâmica e da forma de, no futuro, evitar o que levou a ele . Daí que se preveja incrementar, sobretudo no DIAP, através das respetivas coordenações, da discussão de casos cujo resultado não tenha, aparentemente, sido o que foi ou deveria ter sido visado pelo MP – por exemplo, detenções em crimes graves que não levaram a prisão preventiva ou a condenações, apreensões de quantidades significativas de estupefaciente que não originaram acusações significativas, absolvições inesperadas, etc.

Assim, embora sem se programarem ações “radicais”, projeta-se para o ano de 2016/2017 incrementar a monitorização pelas coordenações dos indicadores relevantes, a sua inclusão em reuniões com magistrados e em orientações para oficiais de justiça, a promoção de discussão de métodos de trabalho e de casos em reuniões, etc.



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

### III – Novas questões prioritárias

Além das questões referidas no ponto anterior, a observação da dinâmica de funcionamento da procuradoria no ano de 2015/2016, bem como dos objetivos e prioridades superiormente definidos, levam à definição das seguintes duas novas questões prioritárias:

a. O sistema informático “citius/habilus” é atualmente o principal meio de recolha de dados estatísticos de funcionamento dos serviços. É, por isso, essencial à gestão do serviço, quer a que é feita pela coordenação da comarca, quer a que é feita pelas variadas coordenações, quer a que é feita pelos magistrados.

Além das consabidas insuficiências e limitações técnicas do próprio sistema, verifica-se que a sua utilidade e a credibilidade dos dados dele retirados são significativamente afetados por incorreções, não atualizações e não harmonização dos registos dos dados por parte dos serviços.

Por outro lado, alguns dados essenciais à gestão dos serviços não estão a ser introduzidos no sistema, o que significa que partes significativas da atividade do MP não são conhecidas.

Daí que importe, no decurso do ano judicial de 2016/2017, dar uma especial atenção à correção, atualização e harmonização do registo de dados no sistema, bem como, na medida do possível, à inclusão de dados considerados relevantes que neste momento não são registados.

Planeia-se, assim, fazer-se um levantamento das principais incorreções e discrepâncias no registo no sistema, monitorizá-las frequentemente a nível de coordenação da comarca, mas também a nível das outras coordenações e de magistrados, efetuar ações/contactos junto dos senhores funcionários para explicação dos procedimentos,



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

elencar os atos que, não sendo atualmente registados no sistema, o devem passar a ser.

b. A comunicação do MP com a comunidade tem vindo a ser considerada essencial para o desempenho das suas funções.

Algumas regras de utilização do portal e de divulgação da atividade a nível de comarca foram definidas no despacho n. 8/2015, da PGR.

A partir de então, em Faro tem-se feito um esforço para incrementar essa comunicação. Nessa linha, a ordem de serviço nº 1/2016, da coordenação de Faro, criou regras e critérios para assegurar a recolha sistemática de informação passível de publicação e relativos à organização da cadeia de comunicação.

A implementação dessas regras tem sido crescentemente feita e, conseqüentemente, a divulgação de informação no Portal do MP de Faro, sempre com o importante apoio do gabinete de imprensa da PGR, tem vindo a intensificar-se. Na verdade, no espaço de cerca de um ano foram publicados no portal várias dezenas de notas ou comunicados, sendo já bastante elevado o número médio mensal de visualizações.

Apesar de muitos magistrados terem vindo a colaborar de forma crescente na sinalização de casos suscetíveis de divulgação, a generalização da sinalização e a sua rapidez, essenciais à adequada comunicação, têm de ser incrementadas.

Do mesmo modo, apesar de ter já sido conseguida alguma articulação na divulgação de notícias com dois dos principais Órgãos de Polícia Criminal – a Polícia Judiciária e a Guarda Nacional Republicana, responsáveis pela investigação dos casos mais graves e do maior número de inquéritos no Algarve - designadamente no acordo de troca de informações prévia à publicação e na referência ao MP e ao DIAP como entidades que dirigem os respetivos inquéritos - é importante aprofundar essa articulação.



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

Assim, a questão da comunicação do MP com a comunidade, designadamente através do portal da procuradoria de Faro, deve ser considerada prioritária para o ano de 2016/2017. Nessa linha, programa-se a inclusão de chamadas de atenção para a necessidade de sinalização dos casos publicáveis em ordens de trabalho de todas as reuniões de coordenação, especialmente as do DIAP; bem como de informação dos OPC dos cuidados e procedimentos a ter na divulgação de atos de processos, bem como a elaboração periódica de informações sobre aspetos da atividade do MP na comarca, designadamente estatísticos que se revelem de interesse para o público.

#### 4. METODOLOGIA NO DIAP

A metodologia usada no estabelecimento de objetivos no DIAP merece uma referência autónoma:

Em reuniões com os procuradores da República com funções de coordenação no DIAP foram discutidos e definidos alguns pressupostos operativos essenciais ao estabelecimento de objetivos e sua monitorização.

Assim, estabeleceu-se:

- que o período a considerar para efeitos de cálculo e monitorização dos objetivos seria o situado entre 1/7/16 e 30/7/17, sem prejuízo de monitorização a meio do período ;
- a forma como os dados seriam obtidos – através do citius, exceto os das Suspensões Provisórias do Processo (SPP) que, por o citius não fornecer os dados necessários, se obterão através do respetivo módulo do SIMP.
- a forma de calcular a percentagem de utilização das formas simplificadas: Percentagem da soma de SPP + Abreviados + Sumários + Sumaríssimos + 280º CPP, face à soma dos SPP + Abreviados + Sumários + Sumaríssimos + 280º CPP + Acusações Tribunal Singular + Acusações Tribunal Coletivo + Acusações em 16/3



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

+ Acusações Júri, ou seja, [nº total simplificados x 100] : [ nº total onde foram recolhidos indícios de crime]

- que os objetivos deveriam referir-se e ser revelados por cinco indicadores : pendência mensal de inquéritos, taxa de resolução (rácio entre os inquéritos pendentes e os entrados durante um ano), antiguidade de inquéritos pendentes por ano de registo, taxa de inquéritos pendentes há mais de 8 meses em relação ao total de inquéritos pendentes e percentagem de formas simplificadas de processos em relação ao total de processos indiciados.

Daí que esses cinco objetivos sejam comuns a todas as (9) secções genéricas do DIAP de Faro e, em parte, às duas secções especializadas, bem como aos objetivos gerais do DIAP, como dos quadros adiante apresentados resulta.

Foram também comunicadas e discutidas, nessas reuniões, e, em seguida, fixadas como orientações genéricas, as tendências desejáveis para os objetivos, ou seja, em que medida a pendência, a taxa de resolução, a antiguidade dos inquéritos e a taxa de inquéritos pendentes há mais de 8 meses, bem como a utilização das formas simplificadas e SPP deveriam variar.

Depois, os Procuradores da República com funções de coordenação reuniram com os procuradores-adjuntos das secções que dirigem, fizeram análise e diagnóstico individuais do serviço, estabeleceram de forma participada os objetivos processuais individuais e apresentaram-nos, com os das respetivas secções, ao coordenador da comarca para servirem de base à proposta que adiante se enunciará. Sublinhe-se que foram, assim, discutidos e estabelecidos objetivos individuais para todos os Senhores procuradores-adjuntos das secções e unidades do DIAP da comarca e, nalguns casos, para os próprios serviços de apoio (técnicos de justiça), enquadrados nos objetivos propostos pela coordenação e definidos pela Procuradoria-Geral da República. Esses objetivos (propostas) foram (ou serão ainda) comunicados pelos procuradores da



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

República com funções de coordenação aos magistrados e secções e serão monitorizados no decurso do ano judicial, em 1 de fevereiro de 2017.

Refira-se que em termos gerais, analisada a situação de todo o DIAP, parece razoável apontar para os seguintes critérios de estado de letras sublinhando-se, porém, de forma vinculada, que são relativos e meramente orientadores, uma vez que não têm em conta circunstâncias específicas como distribuições concentradas, estado das letras no início de funções, exclusividade nos inquéritos, etc :

	Pendência	% Resolução	% Pendentes +8m	% simplificados/ indiciados
Ideal	< 250	< 30	< 20 (do total)	> 65
Muito Positivo	250 – 300	30 – 35	20 – 25	61 – 65
Positivo	301 – 350	36 – 40	25 – 30	55 – 60
Excessivo	351 – 400	41 – 50	31 – 35	-
Muito excessivo	> 400	> 50	> 35	-

### 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTABELECIDOS

#### I – Considerações Gerais

Ao contrário do que sucede com o plano de coordenação acima apresentado, em que, com o propósito de prestar contas sobre o desenvolvimento da atividade de coordenação, expus todo o processo de definição, escolha e atuação sobre os problemas prioritários, na análise do cumprimento dos objetivos estabelecidos procurei, por razões de eficácia, apontar os resultados alcançados de forma tão objetiva quanto possível. Mas é importante sublinhar que por detrás da definição dos objetivos e dos resultados alcançados que esquematicamente enunciarei esteve um trabalho de análise estratégica e de coordenação muito significativo por parte dos procuradores da República que dirigem as secções do DIAP, designadamente em reuniões de coordenação e na ponderação e elaboração das propostas. De igual forma, o modo esquemático de apresentação dos resultados não deve fazer esquecer o esforço de análise e de planeamento feito por muitos dos procuradores da República colocados nas Instâncias Centrais.





## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

Aliás, apesar do caráter ainda inovador do estabelecimento de objetivos nos serviços de justiça, a generalidade dos magistrados da Comarca de Faro participou de forma muito empenhada na sua discussão, análise e avaliação. Com raras exceções – que sempre as há – não se limitaram a aceitar passivamente, como o cumprimento de uma mera formalidade, os diagnósticos do trabalho efetuado e a programação do trabalho a realizar, mas usaram-nos como forma de melhor conhecerem o seu próprio serviço e de melhorarem o serviço prestado aos cidadãos. Isso, apesar das dificuldades consabidas, especialmente, no ano em análise, de extrema carência de magistrados e de sobrecarga de serviço para os que estão em efetivo exercício de funções.

Acresce que tendo, frequentemente, os objetivos estabelecidos sido efetivamente desafiantes, foram eles, em muitos casos, por vezes até com surpresa dos próprios magistrados, alcançados. Apesar de ser uma evidência importa sempre relembra-la : isso só é possível porque, muitas vezes com sacrifício pessoal e familiar, ocasionalmente aparentando uma postura mais crítica ou menos colaborante, afinal, todos ou quase todos os procuradores-adjuntos e procuradores da República de Faro exercem as suas funções com assinalável dedicação e grande brio profissional.

### II – DIAP

#### a. Resultados globais

Em termos globais, foram muito positivos os resultados do DIAP no ano judicial findo. Na verdade, os objetivos estabelecidos para a pendência (10.000 inquéritos) foram folgadoamente atingidos (9.226 inquéritos pendentes no termo do período). Sublinhe-se que houve uma diminuição de pendência global de aproximadamente 12% (o ponto de partida era 10.500 inquéritos).

Os objetivos quanto à taxa de resolução (neste caso, a relação entre o número de inquéritos entrados num ano e o número de pendentes no momento relevante) foram, também, claramente superados: partindo-se de uma taxa de resolução de 47% e tendo-se estabelecido como objetivo os 40%, verificou-se ter-se atingido a taxa de 36,4%.



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

Esses dois indicadores mostram que, apesar das grandes dificuldades especialmente a nível de recursos humanos, o DIAP de Faro está a funcionar bem, com uma evolução muito positiva no último ano. Daí que, sem prejuízo da eficácia dever ser sempre melhorada, os objetivos estabelecidos para 2016/2017 não constituam diminuições acentuadas na pendência e na taxa de resolução.

Os objetivos estabelecidos no que respeita à antiguidade dos inquéritos pendentes não foram atingidos. Assim, no que respeita aos inquéritos com mais de 8 meses, tendo-se fixado como objetivo o valor de 25%, verificou-se, a final, ter-se atingido, apenas, a taxa de 35%. Esse é, por isso, um indicador a que foi dada especial atenção no estabelecimento de objetivos para o próximo ano. Por seu turno, o objetivo de serem terminados os inquéritos mais antigos, por anos de registo, apesar de não ter sido, também, atingido, evoluiu de forma muito positiva : dos 216 inquéritos anteriores a 2012 que se estabeleceu como objetivo findar, restaram, apenas, 44. E findaram-se, conforme objetivo estabelecido, bem mais de metade dos inquéritos de 2013. A análise desses resultados sobre a pendência de inquéritos antigos, menos conseguidos, levou a que no estabelecimento dos objetivos para 2016/2017 se tenha dado especial atenção aos respetivos indicadores.

Finalmente, os objetivos fixados para a utilização de meios alternativos – entre 55% e 60% - foram folgadoamente atingidos: a taxa final de utilização de tais meios foi de 58,56%. A análise desse resultado levou a estabelecer-se como objetivo um aumento pouco acentuado da respetiva utilização para 2016/2017.

Escusado será referir que, tal como sucede em relação aos objetivos globais do DIAP, a análise dos resultados obtidos em 2015/2016 nas secções e unidades do DIAP e, individualmente, por magistrado, condicionou os objetivos concretamente estabelecidos para 2016/2017.

b. Secções e unidades locais:



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

- ✓ A 1ª Secção de Faro superou largamente os objetivos estabelecidos para a pendência (o ponto de partida foi 1622 e o ponto de chegada 1231, com o objetivo de 1300). Aproximou-se significativamente do objetivo fixado para a taxa de resolução (o objetivo era situar-se entre 35 e 40%, atingiu 42%). Superou largamente o objetivo da utilização de formas alternativas (o objetivo era 55%, alcançou 68%). Não alcançou os objetivos fixados para terminar os inquéritos mais antigos.
- ✓ A 1ª Secção de Portimão não alcançou nenhum dos objetivos estabelecidos.
- ✓ A secção de Loulé superou largamente os objetivos no que respeita a pendência (estabeleceu como objetivo 1300 inquéritos pendentes, alcançou a pendência de 1111, tendo partido dos 1459) e no que respeita a taxa de resolução (estabeleceu de 35% a 40%, alcançou 34%, sendo que o ponto de partida era 44%). Não alcançou os objetivos estabelecidos para o termo dos inquéritos mais antigos mas superou também, claramente, os objetivos fixados para a utilização de meios alternativos (o objetivo era situar-se essa taxa entre os 60 e os 65% e alcançou 65%).
- ✓ A secção de Albufeira também superou largamente os objetivos no que respeita a pendência (estabeleceu como objetivo entre 1200 e 1300 inquéritos pendentes, alcançou a pendência de 1114, tendo partido dos 1395) e no que respeita a taxa de resolução (estabeleceu uma taxa inferior a 40%, alcançou 27%, sendo que o ponto de partida era 41%). Não alcançou os objetivos estabelecidos para o termo dos inquéritos mais antigos nem para a utilização de meios alternativos (o objetivo era situar-se essa taxa entre os 65% e os 70% e alcançou 58%).
- ✓ A unidade de Vila Real de Santo António alcançou os objetivos estabelecidos para a pendência (estabeleceu como objetivo 575 e ficou com 578, vindo do ponto de partida de 719 inquéritos). Não alcançou os restantes objetivos



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

estabelecidos (taxa de resolução, findar inquéritos antigos e utilização de meios alternativos)

- ✓ A unidade de Tavira alcançou todos os objetivos estabelecidos, foi mesmo, aliás, a única unidade que no DIAP o conseguiu: passou de 414 inquéritos pendentes para 320, tendo estabelecido como objetivo 352; alcançou uma taxa de resolução de 26%, quando tinha fixado como objetivo os 30%; terminou os inquéritos antigos como tinha planeado e utilizou os meios alternativos em 71 % dos casos, tendo fixado como objetivo uma utilização que se situasse entre os 50 e os 60%.
- ✓ A unidade de Olhão só alcançou o objetivo que foi estabelecido para a utilização dos meios alternativos: logrou um valor de 72%, tendo fixado como objetivo situar-se entre os 50 e os 60%.
- ✓ A unidade de Silves superou largamente o objetivo fixado para a pendência de inquéritos (estabeleceu como objetivo uma pendência de 900 inquéritos e alcançou 685. O seu ponto de partida era 970 inquéritos). Superou folgadoamente, também, o objetivo estabelecido para a taxa de resolução: fixou como objetivo 45%, alcançou 36% e tinha como ponto de partida 52%. Não alcançou os restantes objetivos.
- ✓ A unidade de Lagos superou largamente os objetivos fixados para a pendência de inquéritos : atingiu a pendência de 827 com um objetivo estabelecido de 1.100 e um ponto de partida de 1200. Atingiu, também, os objetivos relativos a taxa de resolução : com um ponto de partida de 47% e um ponto de chegada de 40%, havia estabelecido como objetivo os 44%. Atingiu os objetivos estabelecidos para a utilização dos meios alternativos (50%), mas não os restantes objetivos.

### III – Secções de Trabalho da Instância Central

#### a. 1ª Secção (Faro)



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

Na análise do serviço, dominou a preocupação de melhorar o atendimento ao público e de evitar as frequentes absolvições em processos de contraordenação.

Os objetivos estabelecidos foram atingidos. O despacho manteve-se sem atrasos e o serviço sem acumulações. O atendimento ao público foi alterado de modo a evitar a deslocação de cidadãos várias vezes aos serviços. Os cidadãos são atendidos, em regra, sem marcação prévia. Divulgou-se, no portal de Faro, o esquema de funcionamento do atendimento ao público. Passou a dar-se preferência ao envio de documentos, pelos cidadãos, através de correio eletrónico ou correio. Elaborou-se e divulgou-se no portal do MP um modelo de pedido de patrocínio ao MP, que facilitou e abreviou o atendimento. Foi incrementada a articulação com a ACT e com a GNR e PSP no âmbito dos processos de contraordenações, através de várias reuniões e documentos elaborados, notando-se uma clara diminuição do número de absolvições por deficiências de instrução dos processos. Foram realizadas as reuniões programadas com a secção de trabalho de Portimão para levantamento, discussão e procura de soluções para questões comuns.

### b. 2ª Secção (Portimão)

A preocupação dominante foi a de melhorar o atendimento ao público, facilitar o acesso aos cidadãos, evitar as frequentes absolvições em processos de contraordenação e discutir questões comuns com a secção de trabalho de Faro.

Os objetivos estabelecidos foram atingidos. O despacho manteve-se sem atrasos e o serviço sem acumulações. O atendimento ao público foi alterado de modo a evitar a deslocação de cidadãos várias vezes aos serviços e a garantir que se faça sempre num prazo de uma semana. O novo sistema de atendimento ao público foi divulgado no Portal do MP de Faro. Foi incrementada a articulação com a ACT e com a GNR e PSP no âmbito dos processos de contraordenações, através de várias reuniões e documentos elaborados, notando-se uma clara diminuição do número de absolvições por



## Procuradoria da República Comarca de Faro

- Coordenação -

---

deficiências de instrução dos processos. Foram realizadas as reuniões programadas com a secção de trabalho de Portimão para levantamento, discussão e procura de soluções para questões comuns.

### IV – Secções Criminais/Serviço Criminal

Nas reuniões de coordenação, tendo-se constatado que o serviço do MP estava em dia, a preocupação dominante foi a de manter tal situação.

Os objetivos fixados foram alcançados (manutenção do serviço do MP em dia e da articulação entre Instâncias Locais e Instâncias Centrais, este, contudo, carecendo de alguma incrementação)

### V – Secção Cível (Faro) e serviço Cível das Instâncias Locais

Tendo-se verificado que o serviço cível da comarca estava em dia, sem atrasos ou acumulações, a preocupação dominante foi mantê-lo assim e manter o apoio dado pela coordenação setorial aos procuradores-adjuntos das instâncias locais.

Assim, o 1º objetivo fixado (manutenção da celeridade da resposta do MP através de chamadas de atenção para os prazos dos despachos deverem ser sistematicamente cumpridos) foi alcançado. Foi realizada uma das duas reuniões programadas entre o coordenador setorial e os procuradores-adjuntos das instâncias locais para diagnóstico do seu serviço, levantamento e discussão de questões e apoio.

### VI – Secção de Comércio (Olhão)

Verificou-se que as características próprias da secção de comércio não permitiam o estabelecimento de objetivos quantitativos ou qualitativos exteriores à celeridade de resposta do MP. Assim, a manutenção do serviço do MP em dia, estabelecida como objetivo, foi assegurada.



Procuradoria da República  
Comarca de Faro  
- Coordenação -

---

VII – Secções de Execução

a. 1ª Secção (Loulé)

Considerou-se que as características próprias do serviço de execução não viabilizavam a definição de objetivos que não os relacionados com a celeridade. Assim, o único objetivo estabelecido foi atingido (manutenção do serviço do MP em dia, quer o específico da secção de comércio, quer o cível da Instância Local, também a cargo da magistrada ali colocada)

b. 2ª Secção (Silves)

A principal preocupação foi a de melhorar a eficiência do MP e o atendimento ao cidadão.

Todos os objetivos foram atingidos: o serviço manteve-se sem atrasos e sem acumulações; foram feitos diversos contactos com responsáveis por repartições de finanças, de modo a melhorar a comunicação entre ambas as instituições e a eficiência da atividade do MP; adotaram-se procedimentos simplificados, por exemplo com a instauração de processos de interdição imediatamente a seguir ao atendimento ao público. Foi feita uma experiência de atendimento ao público descentralizada, numa junta de freguesia mais distante.

VIII – Secções de Família e Menores

a.1ª Secção (Faro)

O objetivo de melhorar o tempo de resolução dos processos através da padronização de procedimentos e de aumentar contactos e reuniões com as CPCJ e entidades ligadas à proteção de crianças e jovens aparentam ter sido cumpridos, sem prejuízo de o balanço carecer de melhor clarificação.



Procuradoria da República  
Comarca de Faro  
- Coordenação -

---

b. 2ª Secção (Portimão)

Foi feito um balanço muito positivo da experiência de 2015/2016 de incremento de contactos com CPCJ, entidades ligadas às crianças e jovens e de visitas a instituições, incremento esse que foi considerado muito importante.

Os objetivos foram, tendencialmente, atingidos: o tempo de resolução dos processos melhorou, por meio de procedimentos simplificados e padronizados; foram feitas reuniões, pelo menos semestrais, com todas as CPCJ da área; foram feitos contactos com o Núcleo de Infância e Juventude do ISS. Foram, ainda, feitas visitas a instituições ligadas à proteção de crianças e jovens.

A pendência diminuiu, esporadicamente abaixo dos objetivos.

**6. OBJETIVOS E AÇÕES PLANEADAS**

Os objetivos processuais estabelecidos para o ano de 2016/2017 e as ações planeadas para o DIAP e secções da comarca constam esquematicamente dos seguintes quadros.

Faro, 9 de novembro de 2016

O Magistrado do Ministério Público Coordenador da Comarca de Faro

**Francisco  
Mendonça  
Narciso  
(Autenticação)**

Assinado de forma digital por Francisco  
Mendonça Narciso (Autenticação)  
DN: givenName=Francisco,  
sn=Mendonça Narciso, title=Procurador  
da República, c=PT, o=MJ, ou=PGR,  
ou=Tribunais, cn=Francisco Mendonça  
Narciso (Autenticação)  
Dados: 2016.11.09 12:09:04 Z





Procuradoria da República  
Comarca de Faro

- Coordenação -

---

ANEXOS

Quadros - Objetivos processuais estabelecidos para o ano de 2016/2017 e as ações planeadas para o DIAP e Secções da Comarca <sup>[vinte e dois (22)]</sup>.



Procuradoria da República da Comarca de Faro  
Coordenação

**OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS**

2016/2017 - Quadro Síntese

**DIAP de Faro (Quadro Geral)**

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Pendência : 9.226	8.500 Inquéritos	C.1		
II	Taxa de Resolução : 36,40%	(<) 31%	C.1		
III	Antiguidade do Registo	Findar todos os Inquéritos: Anteriores a 2010 (2); De 2010 (1); De 2011 (11); De 2012 (31); De 2013 (167); 75% dos de 2014 e 2015)	C. 1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 35%	(<) 27%	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 58%	(>63%) Aumento de 5% a 10% nos Processos Sumaríssimos	C.1; B.1		



Procuradoria da República da Comarca de Faro  
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2016/2017 - Quadro Síntese

DIAP/Faro - 1ª Secção

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Pendência : 1231	1200 (-2,5 %)	C.1		
II	Taxa de Resolução : 42%	37,5% (-4,5%)	C.1		
III	Antiguidade do Registo	(<=) 2013 = 0; 2014 = - 75%; 2015 = - 50%	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 34%	27,5 % (-6%)	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 68%	> 30% (secções de inquéritos, sendo que deverá ser maior do que 68% no total, incluindo instância local)	C.1; B.1		



Procuradoria da República da Comarca de Faro  
Coordenação

**OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS**

2016/2017 - Quadro Síntese

**DIAP/Faro - 2ª Secção**

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Pendência : 431	410 (-5%)	C.1		
II	Taxa de Resolução : 37%	35%	C.1		
III	Antiguidade do Registo	não aplicável	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : (65) 32%	(61) 27%	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações)	não aplicável	não aplicável		



Procuradoria da República da Comarca de Faro  
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2016/2017 - Quadro Síntese

DIAP/Portimão - 1ª Secção

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Pendência : 1.657	entre 1300 e 1400	C.1		
II	Taxa de Resolução : 45%	< a 35%	C.1		
III	Antiguidade do Registo :	terminar todos os inquéritos de 2012 e 2013; terminar 75% dos de 2014 (113 agora pendentes) e 75% dos de 2015 (527 pendentes)	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 37%	(<=) 30%	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 47%	< 57% (incluindo serviço a cargo da IL)	C.1; B.1		



Procuradoria da República da Comarca de Faro  
Coordenação

**OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS**

2016/2017 - Quadro Síntese

**DIAP/Portimão - 2ª Secção**

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Pendência : 129	440	C.1		
II	Taxa de Resolução : 51%	36%	C.1		
III	Antiguidade do Registo	não aplicável			
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses	não aplicável			
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações)	não aplicável			



Procuradoria da República da Comarca de Faro  
Coordenação

**OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS**

2016/2017 - Quadro Síntese

DIAP/Loulé

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Pendência : 1111	1.100	C.1		
II	Taxa de Resolução : 34%	33%	C.1		
III	Antiguidade do Registo	Findar todos os Inquéritos de 2014 e anteriores Findar 30% dos Inquéritos de 2015	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 28%	25%	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 65%	> 65% (incluindo IL; >30% nos inquéritos)	B.1; C.1		



Procuradoria da República da Comarca de Faro  
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2016/2017 - Quadro Síntese

DIAP/Albufeira

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Pendência : 1104	< 1100	C.1		
II	Taxa de Resolução : 27%	(<) 27%	C.1		
III	Antiguidade do Registo	Findar todos os Inquéritos de 2012 e 2013; Findar 75% dos Inquéritos de 2014 e 75% dos de 2015	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 32%	(<) 30%	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 58%	entre 60% e 65%	B.1; C.1		





Procuradoria da República da Comarca de Faro  
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2016/2017 - Quadro Síntese

DIAP/VRSA (Vila Real de Sto. António)

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Pendência : 578	520 (-10%)	C.1		
II	Taxa de Resolução : 47%	34%	C.1		
III	Antiguidade do Registo	Terminar todos os Inquéritos registados em 2013 e anos anteriores (36); terminar 75% dos registados em 2014 e 2015 (77)	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 46%	31%	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 37%	entre 57% e 65%	B.1 ; C.1		



Procuradoria da República da Comarca de Faro  
Coordenação

**OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS**

2016/2017 - Quadro Síntese

**DIAP/Tavira**

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Pendência : 320	320	C.1		
II	Taxa de Resolução : 26%	26%	C.1		
III	Antiguidade do Registo	terminar todos os inqueritos de 2013 e anteriores (2); terminar 75% dos de 2014 (9) e 2015 (74)	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 18%	18%	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 71%		B.1; C.1		



Procuradoria da República da Comarca de Faro  
Coordenação

**OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS**

2016/2017 - Quadro Síntese

**DIAP/Olhão**

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Pendência : 1120	956( -20%)	C.1		
II	Taxa de Resolução : 54%	entre 35% e 40%	C.1		
III	Antiguidade do Registo	Terminar todos os Inquéritos registados em 2013( 46), 2012 (10) e 2011 (2) Terminar 75% dos Inquéritos registados em 2014 ( 182 pendentes) e 2015 (467 pendentes)	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 49%	454 (29%)	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 72%	Entre 63% e 65%	B.1; C.1		



Procuradoria da República da Comarca de Faro  
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2016/2017 - Quadro Síntese

DIAP/Silves

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Pendência : 685	685	C.1		
II	Taxa de Resolução : 36%	(<) 36%	C.1		
III	Antiguidade do Registo	Findar todos os Inquéritos de 2013 e anteriores; Findar 75% dos Inquéritos de 2014 e 2015	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 37%	32%	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 38%	48%	B.1; C.1		



Procuradoria da República da Comarca de Faro  
Coordenação

OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2016/2017 - Quadro Síntese

DIAP/lagos

#	Indicadores (Ponto de Partida)	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
				Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Pendência : 827	780	C.1		
II	Taxa de Resolução : 40%	< 40%	C.1		
III	Antiguidade do Registo	Findar todos os Inquéritos de 2013 e anteriores; Findar 75% dos Inquéritos de 2014 e 2015	C.1		
IV	(%) Pendência (>=) 8 (oito) meses : 30%	< 30%	C.1		
V	Utilização de meios alternativos (% vs acusações) : 50%	60%	B.1; C.1		



## Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

### OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2016/2017 - Quadro Síntese

#### Faro - Procuradoria da República - Instância Central - 1ª Secção do Trabalho

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Manutenção do despacho sem atrasos e do serviço sem acumulações	C.1		
II	Realização de uma ou duas reuniões entre as duas secções de trabalho (Faro e Portimão) para levantamento, discussão e procura de soluções para questões comuns.	B.2; B.5		



## Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

### OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2016/2017 - Quadro Síntese

#### Faro - Procuradoria da República - Instância Central - 1ª Secção de Família e Menores

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Melhorar o tempo de resolução dos processos através da simplificação e padronização de procedimentos	C.1		
II	Aumento de contactos e reuniões com as CPCJ da área da Secção de Família e Menores, bem como com entidades ligadas à proteção de crianças e jovens. Devem ser feitas reuniões com as CPCJ pelo menos de três em três meses.	B.5; A.7		
III	Elaboração de um documento que sistematize os procedimentos que o MP entende que as CPCJ e outras entidades que contactam com o MP devem ter, de forma a melhorar o serviço e a melhor serem cumpridos os objetivos da jurisdição de família e menores.	B.5; A.7		



## Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

### OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2016/2017 - Quadro Síntese

#### Faro - Procuradoria da República - Instância Central - 1ª Secção Criminal

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Manutenção do serviço do MP em dia	B.8		
II	Incremento da articulação entre o serviço criminal da Instância Central e das Instâncias Locais, designadamente através de deslocações pontuais junto dos procuradores-adjuntos das instâncias locais para aferir do relacionamento entre estes e os magistrados judiciais, apurar de eventuais dificuldades sentidas nos julgamentos, teor de decisões judiciais, etc.	B.8; B.2		
III	Incremento da articulação com o DIAP, através da realização de, pelo menos, uma reunião com os respetivos procuradores da República para estudo de casos relevantes	B.2;B.3		
IV	Dar conhecimento à coordenação, de modo célere e informal, do início dos julgamentos mais mediáticos ou relevantes, designadamente para divulgação de nota no portal do MP	D.1		





## Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

### OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2016/2017 - Quadro Síntese

#### Faro - Procuradoria da República - Instância Central - 1ª Secção Cível

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Manutenção da celeridade da resposta do MP através de chamadas de atenção para os prazos dos despachos serem sistematicamente cumpridos (2, 5 e 10 dias consoante o tipo de despacho)	C.1		
II	Realização de uma ou duas reuniões entre o coordenador setorial e os procuradores-adjuntos das instâncias locais com serviço cível para diagnóstico do seu serviço, levantamento e discussão de questões e apoio.	B.2		



## Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

### OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2016/2017 - Quadro Síntese

#### Portimão - Procuradoria da República - Instância Central - 2ª Secção do Trabalho

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Manutenção do despacho sem atrasos e do serviço sem acumulações	C.1		
II	Melhorar o sistema de atendimento ao público de modo a facilitar o acesso dos cidadãos na exposição e resolução dos seus problemas.	A.11; B.6		
III	Manter a articulação com a ACT de modo para debate dos problemas que persistem no âmbito dos processos de contraordenações laborais, promovendo a realização de uma reunião formativa (conferência) com a participação dos Juizes da Secção de Trabalho, dirigida a todos os inspetores e instrutores das unidades locais da ACT de Faro e de Portimão.	B.5		
IV	Realização de uma reunião entre as duas secções de trabalho (Faro e Portimão) bem como com a magistrada afeta à secção de comércio, para articulação.	A.11; B.2 ; B.5		



## Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

### OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2016/2017 - Quadro Síntese

#### Portimão - Procuradoria da República - Instância Central - 2ª Secção de Família e Menores

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Dar especial atenção à simplificação e padronização de procedimentos, designadamente utilizando os mecanismos legais, designadamente o artº 112-A da LPCJP, bem como privilegiar contactos informais com os cidadãos e com as instituições	A.7; C.1		
II	Manutenção da pendência de todos os processos (com exceção dos processos administrativos) num intervalo de 5% (para mais ou para menos)	A.7; C.1		
III	Realização de reuniões de dois em dois meses com todas as CPCJ da área da Secção de Família e Menores de Portimão	A.7; C.1 ; B.5		
IV	Realização de uma reunião com o Núcleo de Infância e Juventude do ISS	A.7; B.5		
V	Fortalecimento da ligação com a comunidade e com outras entidades através de participação em ações de promoção de direitos e de prevenção das situações de perigo promovidas pelas CPCJ e por outras entidades ligadas à proteção da infância e juventude, quando por estas solicitadas, bem como realização de uma visita anual a todas as instituições que acolhem crianças e jovens na área da instância central de Portimão.	A.7		



## Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

### OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2016/2017 - Quadro Síntese

#### Portimão - Procuradoria da República - Instância Central - 2ª Secção Criminal/2ª Secção Cível

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Manutenção do serviço do MP em dia	B.8		
II	Incremento da articulação entre o serviço criminal da Instância Central e das Instâncias Locais, designadamente através de deslocações pontuais junto dos procuradores-adjuntos das instâncias locais para aferir do relacionamento entre estes e os magistrados judiciais, apurar de eventuais dificuldades sentidas nos julgamentos, teor de decisões judiciais, etc.	B.8; B.2		
III	Incremento da articulação com o DIAP, através da realização de, pelo menos, uma reunião com os respetivos procuradores da República para estudo de casos relevantes	B.2; B.3		
IV	Dar conhecimento à coordenação, de modo célere e informal, do início dos julgamentos mais mediáticos ou relevantes, designadamente para divulgação de nota no portal do MP	D.1		



## Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

### OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2016/2017 - Quadro Síntese

#### Olhão - Procuradoria da República - Instância Central - Secção de Comércio

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Manutenção do serviço do MP em dia e da disponibilidade para atender o público	C.1		



## Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

### OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2016/2017 - Quadro Síntese

#### Loulé - Procuradoria da República - Instância Central - 1ª Secção de Execução

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Manutenção em dia do serviço de execução a cargo do MP	C.1		



## Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

### OBJETIVOS PROCESSUAIS - AÇÕES PLANEADAS

2016/2017 - Quadro Síntese

#### Silves - Procuradoria da República - Instância Central - 2ª Secção de Execução

#	Objetivos / Ações planeadas	Enquadramento nos objetivos da PGR	Monitorização	
			Resultados 01-02-2017	Resultados 01-07-2017
I	Manutenção em dia do serviço de execução a cargo do MP	C.1		
II	Incremento de contactos pessoais e telefónicos com os serviços de finanças e com solicitadores laicos, a fim de melhorar a intercomunicação e o fornecimento completo dos dados necessários à reclamação de créditos.	C.1		
III	Manutenção da tramitação simplificada de procedimentos e da baertura e flexibilidade no atendimento aos cidadãos	C.1; A.8; B.6; B.7		
IV	Colaboração em ações de formação de profissionais forenses relacionadas com o serviço cível e de execução.	B.6; B.7		